

TEORIA E HISTORIOGRAFIA: UMA CONVERSA COM JOSÉ CARLOS REIS

por *Eric de Sales*¹

A *Revista Em Tempos de História* esteve com o professor José Carlos Reis em uma descontraída conversa sobre seus atuais estudos, a recente historiografia e a história em sua dimensão teórica. Autor de obras de amplo reconhecimento e difusão, como *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Reis é leitura frequente História do país.



Revista Em Tempo de História (R.E.T.H.). *Gostaria de iniciar nossa entrevista pedindo que o senhor conte um pouco da sua trajetória profissional-acadêmica. Quais os momentos mais o marcaram nesse contexto? E aproveito para perguntar por quais campos tem enveredado seus estudos atuais?*

José Carlos Reis (J.C.R.). Eu vim do interior de Minas (Resende Costa, uma pequena Cidade perto de São João Del Rei, Tiradentes, Prados), para Belo Horizonte, em 1976, para estudar não sabia o quê. Eu tinha 18 anos, estava dividido entre História, Filosofia, Direito e Comunicação Social. Comecei a fazer Direito na PUC-Minas, mas decidi fazer o vestibular para História na UFMG e comecei o curso em 1978. Ao longo do curso, fui me interessando mais pelas disciplinas do “setor de teoria e metodologia da história”, aluno de professores importantes como Caio Boschi e Eliana Dutra. Concluído o curso, em 1981, decidi me especializar nesta área, que era muito pouco valorizada pelos historiadores. Eu sempre achei a bibliografia dos historiadores sobre teoria “fraca”, sem densidade, insatisfatória, e, por isso, me dirigi ao curso de Filosofia. Eu não mudei de área, fiz uma “especialização”, uma “residência”, em teoria e metodologia

José Carlos Reis é professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com reconhecidos estudos na área de Teoria da História, destacam-se dentre suas obras: *História & Teoria: Historicismo, modernidade, Temporalidade e Verdade*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 246 p.; *A História Entre a Filosofia e a Ciência*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1999. v. 1. 96 p.; e *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. v. 1. 280 p.

¹ Mestre em História Social pela Universidade de Brasília – UnB. Contato com o autor: malkerik@yahoo.com.br

da história. No mestrado em filosofia, na UFMG, orientado pelo professor Ivan Domingues, discuti o problema da história em Marx; no doutorado, na *Université Catholique de Louvain*, orientado pelo professor Andre Berten, abordei a temporalidade histórica nos Annales. A pós-graduação era formalmente em filosofia, mas o tema era a história, que é um tema permanente, precioso, da história da filosofia.

Os momentos mais marcantes foram cinco: 4 muito favoráveis, muito narcísicos e 1 muito marcante, mas triste, lamentável. Vamos começar com a boa lembrança: 1º) a defesa da minha dissertação “*Marx e a História*” foi um sucesso! Gosto muito daquele texto e com o apoio do professor Ivan Domingues, aprendi a fazer tecnicamente o trabalho acadêmico; 2º) a defesa da minha tese em Louvain, após 4 anos longe do Brasil. Lá também foi um relativo sucesso, obtive a menção “*avec La plus grande distinction*” (LPGD), que para um estudante belga é o máximo; 3º) a publicação da minha tese em 4 livros: “*Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*” (Ática, 1994), “*Escola dos Annales, a Inovação em História*” (Paz e Terra, 2000), “*A História, entre a Filosofia e a Ciência*” (Ática, 2006) e “*Tempo, História e Evasão*” (Papyrus, 1994); 4º) a publicação do livro “*As Identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*” (FGV, 1999) , teve um surpreendente impacto, que me deixou muito feliz. Quanto ao momento triste, lamentável: o meu concurso na UFOP foi superquestionado, a minha aprovação foi considerada uma fraude. Eu tinha 26 anos, apenas, e duvidava, eu mesmo, da minha capacidade e fiquei marcado, excluído, e soçobrei na insegurança, enfim... Vocês querem saber da minha carreira? Começou mal, muito mal! Desejo que as de vocês comecem de forma muito mais alegre, confiante.

Quanto aos meus estudos atuais, estou dividido: por um lado, estou refletindo sobre o tema da escrita da história nas obras de Paul Ricoeur (“*Tempo e Narrativa*”, “*Memória, História e Esquecimento*”, “*Si-Mesmo como um Outro*”, “*Percurso do Reconhecimento*”, “*O Conflito das Intepretações*”, “*Do Texto à ação*”) e esta discussão leva a outros autores, como Foucault e Derrida, em cujas obras gostaria de mergulhar; por outro lado, sinto muita falta do meu lado “*historiografia brasileira*” e gostaria também de mergulhar no pensamento histórico brasileiro. Não sei qual caminho seguirei... a história dirá!

R.E.D.H. *O senhor poderia falar um pouco mais sobre essa relação entre Ricoeur, Foucault, Derrida e a escrita da história?*

J.C.R. Esta seria a pesquisa a ser feita! Não sei o quê se poderia extrair, de forma clara e densa, desse diálogo, que pressinto que é essencial para a historiografia. Estou trabalhando com as obras de Ricoeur, que são monumentais. Contudo, há algo de teológico demais, de excessivamente cristão, que os outros dois autores relativizariam. Eles são contemporâneos, se conheceram e se enfrentaram. O poliedro resultante das posições dos três poderia oferecer uma visão mais global sobre o pensamento histórico ocidental dos últimos 50 anos. A questão central dos três é a do “sentido e a linguagem”: a historiografia pode ser capaz de expressar o sentido da experiência humana? Há um sentido para as experiências humanas? Qual seria o objetivo das pesquisas dos historiadores?

R.E.D.H. *Atualmente, a teoria da história vem ganhando um espaço crescente nas publicações em história, todavia não parecem raras as confusões entre teoria e filosofia da história. O senhor concorda que, entre historiadores, as definições nesse campo ainda se prolongam?*

J.C.R. Você saberia distinguir com clareza uma da outra? Elas se aproximam muito! O sentido da distinção é que os historiadores não querem, não podem e não devem se deixar tutelar por outra comunidade intelectual. Um historiador não pode fazer “filosofia da história”, porque precisa diferenciar e demarcar a sua identidade e o seu território de historiador. Então, ele diz que faz “teoria da história”. Pelo mesmo motivo, os sociólogos fazem “teoria sociológica”, os antropólogos fazem “teoria antropológica”. Mas, os três dependem fortemente dos filósofos. Quando o assunto é “pensamento”, não há como evitar os clássicos da filosofia e o diálogo das “teorias” das ciências humanas com a filosofia é intenso. Nós acabamos de mencionar Ricoeur, Foucault e Derrida, sem os quais a “teoria da história” contemporânea não seria possível. É imensa a influência das filosofias da história kantiana, hegeliana, nietzschiana, marxiana, benjaminiana, sobre as “teorias da história” dos últimos três séculos. E esta influência se estendeu sobre as teorias sociológica e antropológica: Weber, Durkheim, Elias, Bourdieu, Lévi-Strauss são, de certa forma, “filósofos sociais”. E nem os economistas escapam da influência da filosofia. Você diria que Freud é um filósofo?

Portanto, a distinção entre as duas formas de tratar o pensamento histórico é necessária, para que fique bem demarcada a diferença dos sujeitos da reflexão: o filósofo e o historiador. O historiador se “apropria”, transformando e adaptando aos seus objetos, das

idéias filosóficas. A teoria da história não pode ser reduzida a uma metodologia e nem a uma mera epistemologia. A reflexão sobre a história envolve questões ontológicas, éticas, políticas, estéticas, teológicas e não se pode evitar o diálogo com os filósofos. Por isso, elevar um muro entre uma e outra, afirmar que uma não precisa da outra ou, pior, que “uma é melhor do que a outra” é, no mínimo, uma ingratidão, ou melhor, um “equivoco teórico”.

R.E.T.H. *Alguns historiadores diriam que a escrita da história contemporânea está cada vez mais dependente de injunções do tempo presente. Como o senhor analisa esta relação?*

J.C.R. Por um lado, acho que uma historiografia “dependente das injunções do presente” é muito melhor, porque está a serviço da Vida. Esta presença do presente veio se radicalizando a partir do século XIX, a partir das provocações de filósofos como Marx e Nietzsche, que insistiram sobre a necessidade do conhecimento histórico servir à práxis e à Vida. A história não podia continuar a ser um conhecimento do passado pelo passado, um congelamento do presente. Com os Annales, esta “perspectiva presentista” se radicalizou na história-problema e no método regressivo/retrospectivo. Para Bloch, a “história é a ciência dos homens no tempo” e não do passado pelo passado, é um diálogo dos homens do presente com os homens do passado com os quais tem afinidade. O historiador precisa olhar em torno de si e perceber as necessidades não formuladas do presente e formulá-las, transformá-las em uma investigação histórica, que traga informações aos homens do presente. É o homem vivo que se interessa pela história, é a ele que o historiador se dirige e deve tratar de temas do seu interesse. Na verdade, a historiografia sempre foi do presente, mesmo aquelas que excluíram o presente do seu ponto de vista.

Por um lado, isto é ótimo. Mas, por outro, há riscos que devem ser controlados: o anacronismo, o relativismo, o modismo, a trivialidade temática, um certo empobrecimento, uma certa perda de densidade da historiografia, que tratará somente do que pode ver e tocar, incapaz de alçar vôos mais altos de abstração histórica.

R.E.T.H. *Ainda nesta linha, gostaria de questioná-lo sobre os estudos no campo da história cultural. O volumoso número de estudos em torno de objetos até pouco tempo marginais trouxe fortes críticas a esse campo da historiografia, sendo mesmo acusada de ser uma história carente de maior significação, ou um "artigo de perfumaria". O leque de*

possibilidades que se abriram com novas fontes e os diálogos conceituais com diferentes áreas disciplinares fizeram o historiador perder uma visão macro da história?

J.C.R. A dita “história cultural” é a historiografia do mundo pós-89, do mundo da “sociedade-mercado livre”, do mundo da “vitória do fetichismo da mercadoria”, do mundo da hegemonia do valor de troca. A historiografia decaiu em mercadoria, em produto para ser oferecido no supermercado, ao lado de chicletes e jujubas. O que, por um lado, é excelente! Se o presente é este, a historiografia, que é um saber do tempo, poderia ser diferente? Os historiadores culturais estão apenas “acusando” a mudança e assumindo, como camaleões, as cores do novo tempo. A sensibilidade historiadora é camaleônica: sente a mudança e torna-a visível.

Por outro lado, há efeitos colaterais, que são aqueles riscos mencionados acima: relativismo, anacronismo, modismo, perda de densidade crítica. Contudo, é possível ao mesmo tempo sentir o presente e manter com ele uma relação crítica. O livro de K. Jenkins “A História Repensada” (*Rethinking the History*) é muito útil para a avaliação deste momento.

R.E.T.H. *O momento atual demonstra uma relação mais estreita entre produção historiográfica e mercado cultural até então inédita. Gostaria de fazer uma pequena referência ao texto "O historiador sem tempo", de Antonio Celso Ferreira, que afirma que "diante da ruidosa indústria do mundo hoje, que nos transforma em fluxos culturais cada vez mais rápidos, obrigando-nos a anunciar produtos e nos anunciar como produtos, talvez valha a pena recordar o que disse Nietzsche: 'Alguém deve falar apenas quando não deve ficar em silêncio'". Como o senhor entende essa aproximação entre história e mercado cultural?*

J.C.R. O mundo pós-89 é o mundo da vitória do mercado, a Bolsa de Valores se impôs em Moscou e em todas as capitais do Leste. A relação de compra e venda tornou-se universal mesmo para as atividades sem nenhuma relação com o mercado, como a saúde e a educação. Agora, não há valores superiores, acima dessa relação comercial. Nem a historiografia! É preciso vender livros, teses, dissertações, cursos, diplomas, fontes históricas, entradas a museus, para que o “negócio da historiografia” se autosustente. A historiografia como business! Eis o nosso desafio neste momento histórico e a “história cultural” tem sido de uma importância crucial, eu ia dizer “capital”. Ela representa a sobrevivência do nosso ofício na

“era do Capital”. Apesar do seu abandono da crítica, não se pode menosprezá-la, mas “compreendê-la” em sua historicidade.

R.E.T.H. *O senhor afirmou que "a dita 'história cultural' é a historiografia do mundo pós-89". Como o senhor percebe a produção historiográfica no pós-89, especialmente a brasileira?*

J.C.R. Se concordamos que a historiografia sempre foi do presente, inclusive aquelas que recusaram a sua relação com o presente, a “história cultural” pertence a este mundo pós-Guerra Fria, pós-Queda do Muro de Berlim. A historiografia marxista, antes, tematizava no passado o que interessava à sua práxis revolucionária no presente: revoluções, greves, lutas sindicais, congressos de classe, biografia das lideranças partidárias, escravos rebeldes, ataques de escravos contra senhores, quilombos. O presente pós-89 não tem nada a ver com esta abordagem da “luta de classes” e a história cultural trata no passado de escravos que conseguiram ascender, obter alforria, acumular patrimônio, dentro de um sistema escravista incontestável e até consensual. Ela descreve as estratégias, as negociações feitas por indivíduos e grupos de escravos para sobreviverem naquela ordem adversa “sugerindo” que os “escravos do presente” façam o mesmo.

Por um lado, isto é excelente: a historiografia não poderia continuar a mesma pré-1989, como se o projeto do Leste ainda estivesse em vigor. Ela tinha de mudar, para acompanhar o processo histórico. A “história cultural” pode ser vista de duas formas: positiva, porque não estimula a autovitimização dos oprimidos, valoriza a “resistência” daqueles que dizem sim à vida procurando integrar-se à ordem estabelecida; negativa, porque abandonou a força própria da historiografia que é de ser crítica do sistema, do poder, da dominação e opressão e pode-se questionar o seu compromisso com a ética.

Eu destacaria duas obras importantes sobre este “regime de historicidade presentista” (Hartog): *Campos da Violência*, de Silvia Lara, e *Chica da Silva*, de Júnia Furtado. Elas falam de uma “escravidão consensual”, das estratégias de acomodação e adaptação à ordem escravista dos escravos, que é uma projeção no passado da práxis possível no mundo pós-89.

R.E.T.H. *É sabido o quanto a historiografia brasileira é tributária das matrizes francesa e inglesa. Contudo, as últimas décadas demonstram um interesse cada vez maior, da academia e das editoras, por outras escolas, como a alemã e a italiana. A que o senhor atribuiria essa "descoberta"?*

J.C.R. Vivemos um novo tempo após a Queda do Muro de Berlim. O paradigma dos Annales – o evento estruturado – era adequado àquela época de combate à instabilidade revolucionária e não se impôs somente à historiografia brasileira, mas à historiografia ocidental. A “longa duração” era contra toda iniciativa de mudança radical e esvaziou a experiência histórica da subjetividade. O interesse por estas outras escolas talvez possa ser explicado dessa forma: “o retorno da subjetividade” à historiografia, uma subjetividade excêntrica, que resiste à norma, sem poder para mudá-la inteiramente, embora seja capaz de transformá-la. Foram sobretudo os italianos que insistiram no indivíduo/grupo “diferente”, “anormal”, “excêntrico”, que não se submete a séries quantitativas probabilísticas, que fazem um “uso inventivo da norma”. É um mundo que exige um olhar múltiplo tanto dos que o estão vivendo quanto dos que o analisam, os historiadores e cientistas sociais. A historiografia mais adequada a este momento é a da “variação das escalas”, em que a subjetividade é estruturante e estruturada e sua análise exige um “jogo de escalas”.

R.E.T.H. *Diante de mudanças cada vez mais velozes, também a narrativa historiográfica é alvo de debates quanto à necessidade de um exame crítico de sua produção. Quais seriam os pontos e aspectos que o senhor salientaria para que esse não se torne um mero inventário?*

J.C.R. Um texto que interpela fortemente o “regime de historicidade presentista” (Hartog) é o de Walter Benjamin “*Teses sobre o Conceito de História*”, escrito em uma situação extremamente adversa, que o levou ao suicídio. Ali, ele formulou algumas inquietações com a época perigosa em que viveu que, talvez, possam ser ainda atuais. Benjamin chama a atenção para a força redentora do passado: “o passado foi um ar respirado que sopra o ar que respiramos no presente... A rememoração do passado deve alimentar o combate no presente: nem os mortos estarão em paz se o inimigo vencer, o perigo é entregar-se às classes dominantes como seu instrumento”. Benjamin teme o fim da capacidade de narrar, que o trabalho do historiador desapareça, que a humanidade não seja mais capaz de compartilhar e

trocar experiências. A reflexão de Benjamin sobre a época histórica adversa em que viveu, sugere que, hoje, o perigo maior para o historiador é a “empatia com o vencedor”, mesmo sutil e modificada. A sua “pesquisa histórica”, se desprezar o passado ou reinterpretá-lo de forma muito complacente com o presente, pode se tornar um instrumento do Ocidente vitorioso e ser utilizada com a mesma função da luz do *flash* do filme norte-americano “*Os Homens de Preto*”: deletar a memória, produzir esquecimento, organizar a amnésia, que permite e garante a continuidade do processo civilizador, a Ocidentalização do planeta.

Talvez, a sociedade nunca tenha tido uma necessidade tão urgente de uma historiografia profundamente crítica. Para Ricoeur, a historiografia tem mesmo necessidade de recorrer à narrativa ficcional para reabrir o horizonte-de-expectativa e imaginar um “mundo habitável” (*vivre ensemble*). A imaginação poética cria a inovação semântica que responde ao desejo de uma ordem social diferente, a imaginação utópica é o verdadeiro instrumento de crítica da realidade ao criar sentidos novos, que abrem o horizonte para mundos possíveis. Ou será que a fisionomia do “anjo da história” (quadro de Klee) diante do mundo pós-89, diante do “fim da história”, estaria mais serena?

R.E.T.H. *Professor José Carlos Reis, nós agradecemos a honra que o senhor nos dá em entrevistá-lo.*

J.C.R. Caro Eric, obrigado pela boa conversa. Espero ter atendido à expectativa dos alunos da pós-graduação da UnB.

Fevereiro de 2010.